

RESENHA: Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social.

Luís Filipe Mendes

Universidade de Lisboa
luis.mendes@ceg.ul.pt

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**, São Paulo: Editora Senac, 2008, 215 p. ISBN: 9788573597639

As alterações dos quadros conceptuais e das formas de pensamento que se têm vindo a constituir como sinais distintivos da pós-modernidade nos estudos urbanos, não só produziram importantes implicações sociais e epistemológicas, em geral, como também reforçaram o questionamento do papel e da função do espaço público, não raras vezes reproduzidor de uma visão etnocêntrica, sexista e limitada da realidade social. Contrapondo-se a este espectro monocultural e reducionista de concepção de espaço urbano, a perspectiva pós-moderna dos estudos de cultura urbana (no âmbito do 'cultural turn') vem dar corpo a uma leitura de compromisso ético e sociocrítico das várias ciências que se debruçam sobre a análise da cidade e do urbano. Seguindo esta forma de pensamento, o mais recente livro de José Cortés "Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social"¹ pretende inscrever-se nos debates suscitados pelos estudos de cultura urbana que questionam o sentido hegemónico do espaço (público) urbano e a configuração e desenho das cidades, entendidas como uma acumulação de usos, fluxos, percepções, sistemas simbólicos e elementos de representação, cuja relevância se modifica e se transforma em função do tempo e das formações socioeconómicas que produzem o espaço social, ao abrigo de discursos dominantes com interesses económicos e sociais subjacentes.

A obra conduz o leitor – especialista ou não em estudos urbanos – pela descoberta de diferentes experiências arquitectónicas e artísticas, em que os factores como a família, a moral estabelecida e o poder político ou económico dominam o ambiente urbano. Num tom bastante crítico e quase pós-estruturalista o livro trata da relação do espaço da cidade com o poder económico, político e social, e de como a nossa postura enquanto moradores, trabalhadores, consumidores e cidadãos é, com frequência, de submissão a esse espaço e a esse poder. Por meio de uma revisão muito completa da literatura, Cortés procura explicar o processo de subordinação, simbolizado nas formas urbanas, descortinando numa

análise complementar de posturas teóricas críticas, intercaladas por exemplos empíricos concretos e muito pertinentes, em que medida pode a arquitectura da cidade contemporânea assumir conteúdos hegemónicos que representam o discurso do poder social e económico. O autor propõe-se a desvendar a linguagem metafórica da cidade, cujo entendimento, a seu ver, favorecerá a realização de propostas libertadoras ou, pelo menos, a construção de um discurso e de acções produtoras de um espaço urbano mais plural e democrático.

A primeira parte do livro – *os espaços docéis* – analisa a capacidade da arquitectura de contribuir para a configuração de uma ordem social (e para a configuração de uma representação da autoridade) ao mesmo tempo que é capaz de camuflar as suas ligações com essa mesma ordem e surgir sob um discurso de neutralidade técnica, desprovida de qualquer carga ideológica. Não são só os contributos de Foucault que são centrais, também os posicionamentos de Georges Bataille se revelam fulcrais na construção teórica da obra 'Políticas do Espaço'. Ambos compartilham o princípio crítico de que a arquitectura actua como instrumento repressivo e autoritário que imprime sobre os corpos um controle social. O livro de Cortés desenvolve mais a proposta de Foucault, através do estudo de experiências arquitectónicas e artísticas (públicas e privadas) muitos diferentes, nas quais ordens distintas, como a família, a moral estabelecida, o poder político e económico, procuram dominar e controlar o espaço. Centra-se numa arquitectura em termos de planeamento espacial e de institucionalização do território, que olha, espia, controla, vigia e pune, uma arquitectura voltada para o interior, não para o exterior, que é apetrechada de objectivos disciplinares e de tecnologias de poder subtis que pretendem transformações mais profundas nos grupos sociais e nos indivíduos. Uma microfísica de poder tão fina quanto eficiente, desenvolve uma máquina disciplinar que produz sujeitos que se vigiam e reprimem mutuamente.

A economia do medo e o controle de aglomeração da população pode ser alcançado com o auxílio indispensável da arquitectura, estando presente nas políticas urbanísticas subjacentes aos três exemplos de praças ilustrados pelo autor no seu livro, em Lyon, Paris e Barcelona. O primeiro, o projecto da Place des Terreaux, no centro de Lyon, de 1994, que incorporou nove pequenas fontes no solo que, ao serem abertas, evitam as concentrações usuais de árabes que ocorriam nela. O segundo projecto é o de reabilitação da Place Vendôme, em Paris, em 1992, cujo espaço limpo, aberto e transparente, destaca a sumptuosidade dos edifícios aristocráticos do século XVIII, actualmente ocupados por hotéis e comércio de luxo. Finalmente, em Barcelona, a Plaça dels Països Catalans, projecto de 1980, com mais de 10 mil metros quadrados de espaço aberto cinzento, desprovido de qualquer tipo de vegetação, permite apenas a circulação dos transeuntes, impedindo a sua estadia pela ausência de mobiliário urbano acolhedor.

Deste modo, Cortés reforça a sua inserção na perspectiva pós-estruturalista que questiona o sonho moderno da racionalidade e da ordem técnica e científica das formas de produção, apropriação e vivência da cidade. Fundamentando a sua postura investigativa e metodológica, Cortés explica como, desde finais do século XVIII, segundo Foucault, se desenvolveu um lento mas importante processo de domesticação da vida social, de normalização dos espaços e dos comportamentos e de moralização da população, processo totalmente baseado em técnicas de controle de impulsos e de canalização dos desejos para o ciclo de produção-consumo-reprodução. Trata-se da arquitectura ao serviço de um projecto de carácter político, económico e social, para obter algumas medidas de controle, de domínio e de implicação da população no espaço urbano. O entorno construído não expressa em si opressão ou libertação, mas condiciona as diferentes formas de prática social e emoldura a vida quotidiana. Todo o elemento construído ajuda a estabilizar uma ordem e uma identidade espacial e, inevitavelmente, envolve autoridade e capital simbólico. As formas urbanas são um espelho social e por meio dele ajudam a constituir, reproduzir ou a transformar a realidade sócio-espacial.

Cortés desmonta de que forma as cumplicidades da arquitectura com as formas de poder são, na verdade, inevitáveis, mesmo quando se vangloriam de uma pretensa autonomia face ao poder. Na realidade, a aparente e suposta neutralidade acaba por revelar-se útil para as formas e práticas de poder, no silêncio que promove e no poder que possui em convencer sem gerar reclamações ou questionamentos. Por isso, o autor insiste no quão importante é reconhecer,

entender, analisar e criticar o conteúdo ideológico, por vezes dissimulado, constante na produção do espaço urbano. Nesta tese reside uma das pontes, construída nas ideias de Henri Lefebvre, para a produção de um espaço urbano mais libertador e crítico. O urbano tem de ser considerado na sua dimensão social, associando-se história e projecto político, forma e práxis, uma vez que, como estrutura e realidade, é sempre rico em diferenças e conflitos sociais, não possuindo nada do ideal harmonioso com o qual o poder o apresenta, mas sim a conjugação de forças diferentes no seu espaço, reforçando relações de dominação.

Pretende-se, assim, obter uma homogeneização racional da cidade, uma nítida divisão entre a vida pública e privada, bem como a criação de espaços pretensamente assépticos e limpos, onde os corpos possam ser submetidos à disciplina da banalização e ao controle de seus desejos. E tudo isso através da construção de alguns lugares que não são inocentes a esta ideologia comprometida com a dominação, mas que se configuram como meios para legitimizar e reproduzir um certo ponto de vista, ideologia e poder e que abarca várias escalas de intervenção: desde a estruturação da habitação até ao planeamento da cidade. O controle do espaço público a favor de lógicas de mercantilização e de governos urbanos neoliberais e neoconservadores que fazem vingar os interesses de apenas alguns e não de todos (cidade revanchista) tem criado profundas transformações na vida urbana, na qual, por exemplo, as ruas começam a perder a sua função e convertem-se em simples lugares de passagem ao serviço do mundo de consumo. Cortés explora nesta primeira parte do livro as obras do arquitecto Melvin Charney e do artista Isidoro Medina que insistem numa arquitectura que, ao invés de procurar fomentar a adaptação social e a universalidade das normas, preocupa-se em expor as necessidades dos diferentes sectores que habitam a cidade, tanto favorecidos, quanto desfavorecidos, na perspectiva de descobrir as contradições e conflitos entre interesses divergentes.

No ver do autor, contudo, estas últimas intervenções críticas são enclaves, ilhas muito pontuais, constando num “oceano” onde a apropriação do espaço público colectivo se faz por disseminação da cultura de consumo, celebrada hoje por toda a sociedade, e cujo protótipo reside nos centros comerciais como produtos imobiliários que recriam o consumo muito para além da função de comércio, mas como experiência e ambiente de vida e bem-estar que funciona, por intermédio da sedução, como grande regulador, quer da totalidade, quer do microscópico da vida social. Apesar de sugerir ao

indivíduo-consumidor-cidadão sensações de libertação e transgressão (centros comerciais como espaços liminares), as experiências de consumo assumem-se como elementos primordiais na manutenção da ordem social do capitalismo tardio e pós-fordista. Os centros comerciais são espaços privados, mas de fruição pública, transferindo a convivência e a vida social das praças e das ruas para um espaço hermético, previsível e seguro, totalmente vigiado, onde tudo está direcionado para o consumo feliz e para uma atmosfera festiva, típica de uma comunidade ideal, de uma vida urbana dócil.

Mas não são só os centros comerciais que se assumem como espaços docéis na visão de Cortés da cidade contemporânea. Quase todo o espaço urbano se apresenta hoje como uma grande simulação e ficção do espaço público, quer na arquitetura e formas urbanas dos parques temáticos, quer na dos condomínios privados de luxo ou noutros produtos imobiliários privados de habitação. É neste sentido que Cortés apela para o princípio de que o ambiente construído e as formas do desenho urbano não são arbitrarias, muito menos inocentes. Os conteúdos e significantes de um lugar são constantemente construídos e reconstruídos por meio da acção diária e da (re)produção social do espaço. Cada projecto constrói significado, não existindo zonas autónomas ou neutras.

Ainda na primeira parte do livro, e fazendo adivinhar o conteúdo do próximo capítulo, o autor surpreende-nos com a sua perspectiva sexista de que a cidade é masculina. Recorre, com efeito, a uma série de elementos referenciais da arquitectura mundial e explora em que medida torres ou arranha-céus, a título de exemplo, se traduzem em manifestações simbólicas e fálicas do poder. O mais surpreendente na obra de Cortés não consiste em saber de que modo a arquitectura e o urbanismo podem contribuir para a (re)produção de uma ordem social, mas sim nas relações que o autor estabelece entre espaço e poder, aprofundando a compreensão que Michel Foucault nos trouxe da visão panóptica de controle. Este capítulo partilha também da tese lefebvriana, que é transversal, aliás, a toda a obra, de que o espaço urbano não é imutável. O espaço não é uma entidade neutra, vazia de conteúdo social, nem um mero cenário ou palco. Cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso.

Já na segunda grande parte do livro – *os corpos ausentes* – o grosso do texto de Cortés incide sobre a forma de como a arquitectura tradicional manteve

reprimida a sexualidade no espaço e o conservou esterilizado como uma economia técnica sob o controle do mito da arquitectura moderna e projectista. No mundo ocidental, a subordinação cultural do feminino por parte da masculinidade hegemónica define-se, no caso específico da produção do espaço social, mais por tudo aquilo que se nega do que por aquilo que se diz. O espaço urbano estebelece – na sua distribuição, utilização, transferência e simbolismo – hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros. Assim, baseando-se nos trabalhos de Diana Agrest, Beatriz Colomina, Linda McDowell e Jane Rendell, Cortés argumenta que são o trabalho e as actividades masculinas, com as suas necessidades e prioridades, que organizam a casa e planeiam a cidade, adaptando-se ambos aos movimentos, tempos e desejos da masculinidade. Tudo isto de maneira a que a organização espacial ajude a construir uma representação das relações de género que apresentam os privilégios e a autoridade da masculinidade como algo natural. Por conseguinte, Cortés advoga que é preciso tentar desconstruir as visões da cidade como um espaço neutro e sem história, na qual é subjacente uma concepção atemporal e deslocalizada que tem a pretensão de criar categorias universais de validação. Essa ideia implica uma falta de percepção das diferentes identidades e das diferenças entre elas, ao mesmo tempo que é uma aposta decidida na globalidade e na totalidade, valores profundamente masculinos e típicos da racionalidade moderna.

Nesta parte do texto dedicada ao conceito de cidade viril, Cortés desenvolve o estudo do arranha-céus e da sua imagem arquitectónica emblemática do século XX, como a representação mais icónica da globalização da economia, do poder corporativo, do avanço tecnológico e da realização da modernidade. O arranha-céus (a torre contemporânea), convertido num logotipo instantaneamente reconhecido de muitas cidades actuais, é entendido como metáfora que se insere na temática do controle social do olhar, de uma masculinidade controladora, um ego e sua erecção projectados no espaço, paradigma do símbolo falocêntrico, uma presença icónica baseada num modelo bipolar de poder que procura manter uma posição de domínio. Os arranha-céus enquanto representação do poder masculino, da autoridade social e personificação enérgica do poder fálico, outorga a força, a fertilidade viril e a violência masculina sobre tudo o que lhe é perpendicular na superfície terrestre. São os casos abordados por Cortés das Torres Petronas, em Kuala Lumpur; da Torre Agbar, de Barcelona; e, por último, da Torre 30 St. Mary Axe, em Londres.

Neste contexto, o panóptico de Foucault, enquanto máquina de visão total, é utilizado por Cortés de forma muito apropriada para analisar o papel do heterossexismo e o poder da visão exclusivamente masculina na organização dos espaços sociais. Se o panóptico é como uma máquina de visão total, que tudo capta e tudo vê, e portanto tudo controla, a visão masculina tem uma função muito semelhante, pois funciona como um instrumento de coacção ideológica com claros objectivos de controle hegemónico, revelando internalizados uma misoginia e uma homofobia contundentes.

Na terceira e última parte do livro, no epílogo que se enuncia sobre a forma de uma questão retórica – *os espaços queer são possíveis?* –, o autor comprova como as cidades ocidentais promoveram uma estrutura urbana que criou separações rígidas baseadas em diferenças de classe, de etnia, de género e de que modo elas conformaram as divisões espaciais nas diferentes esferas de lazer e trabalho, ou seja, no traçado dos bairros, dos espaços de trabalho, nas áreas comerciais e de lazer, etc. Contribui também para a compreensão de como essas divisões (re)produzem uma visão capitalista hierárquica, branca e heterossexual dos valores emocionais, físicos e materiais que estruturam socialmente a cidade.

O autor defende que, em virtude da acumulação dos abusos desta visão monolítica de espaço urbano, começam a surgir nas últimas décadas novos conceitos espaciais que se apropriam das ordens clássicas e abrem caminho a outras visões que durante todo o período moderno se encontraram periféricas e marginalizadas. O final da década de 1960 e o início da de 1970 foi profícuo na produção de um enfrentamento drástico com as estruturas de poder cultural e ideológico, no que diz respeito à possibilidade de construção de alternativas criativas, que transgredissem as normas, os comportamentos e as convenções culturais e sociais mais tradicionais. Subvertendo a visão clássica em novas e libertadoras propostas que perturbassem o olhar masculino, tentavam-se modificar as configurações das fronteiras espaciais, pois só assim as contradições binárias de que dependem os códigos narrativos e as teorias convencionais do espaço podem ser desestabilizadas, ao mesmo tempo que se possibilita a criação de novos modos de olhar que permitem a produção de um espaço urbano mais plural, aberto, democrático e crítico.

A partir daqui, o autor descola para o vislumbrar de alguns espaços feitos de dúvidas e ambiguidades, alguns lugares ricos na exposição às/das diferenças, lugares de resistência que não desejam ser assimilados no processo de normalização pelo

heteronormativismo. Tanto os grupos sociais minoritários, quanto vários artistas e arquitectos implicados criticamente, desenvolveram, nas últimas quatro décadas, uma série de propostas que questionam os valores sociais, as identidades sexuais e as políticas do corpo e a sua relação com o espaço. Um desses grupos foi a comunidade *gay* que de forma inovadora soube apropriar-se de uma série de lugares de resistência, por via de estratégias de sedução, ocupando áreas de espaço urbano público para fins privados de intimidade. Esta atitude não só constitui um claro ataque a uma concepção binária e antagónica de espaço social (privado vs. público; social vs. pessoal), como supõe igualmente um importante desafio às concepções da cultura dominante em relação às fronteiras e aos limites que marcam o que é apropriado ou não para cada uma das áreas de vida da cidade (e tipos de uso do solo urbano).

As espacialidades e temporalidades *queer* estão presentes nas «*arquitecturas violadas e nos espaços transgredidos*» (p.180) nos ditos bairros *gay*, onde este grupo minoritário, segregado do resto da sociedade, tenta levar uma vida relativamente autónoma e desenvolver uma cultura própria. São exemplos referidos por Cortés: nos Estados Unidos da América, o East Village de Manhattan; o distrito Castro de São Francisco; o South End, em Boston; e noutras cidades europeias, o Soho de Londres, o Le Marais de Paris, ou o Chueca de Madrid. Cortés defende que os espaços *queer*, longe de se deterem confinados à noção de bairro *gay* ou mesmo à carga sexual do adjectivo, são relativamente incertos, desconcertantes e livres dentro dos limites que o poder dominante permite e das fronteiras que o zonamento funcional urbano estabelece. Sem recorrer de forma directa ao seu uso, o autor acaba por desenvolver este conceito tendo por base o discurso das liminiedades e de heterotopias: «*Seria um espaço que não deseja ter nenhuma moral nem uso específico concreto, que vive apenas para as experiências e que se apropria dos códigos da cidade para pervertê-los; um espaço [...] que se recusa a aceitar uma única condição, e que admite estar sempre em trânsito, no meio, inacabado*» (Cortés, 2008: 207). São espaços de intervenção na cidade, que reagem contra os processos de dominação, guiam a construção de novos espaços democráticos, abertos às nossas diversas especificidades e necessidades subjectivas e colectivas. Os espaços *queer* não correspondem a lugares, mas a atitudes de apropriação de parte da cidade contemporânea, numa permanente ideia de autoconstrução. São, por isso, efémeros. A sua força libertadora reside somente na medida e no momento em que estão a ser criados. A sua institucionalização

RESENHA: Políticas do Espaço: Arquitetura,
Gênero e Controle Social.

faz com que percam essas características libertárias que os informaram, no início, como espaços diferenciais de resistência.

¹ Cortés, José, 2008, **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**, São Paulo, Editora Senac, p.215.

**Recebido em 01 de fevereiro de 2011.
Aceito em 08 de março de 2011.**

Luís Filipe Mendes